

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 946597 - SP (2015/0236744-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROCURADORE : BRUNO ROBERTO LEAL E OUTRO(S) - SP329019

S

MARCOS VINICIUS SALES DOS SANTOS -

SP352847

AGRAVADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INTERES. : SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

ADVOGADO : ANA CRISTINA DE MOURA E OUTRO(S) - SP134361

INTERES. : SINDICATO DOS TRAB. NA ADMINISTRACAO PUBLICA E AUTARQUIAS DO MUNICIPIO DE SAO PAULO

ADVOGADO : STELA CRISTINA NAKAZATO E OUTRO(S) - SP140479

EMENTA

ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA ONDE SE PRÉTENDE A NÃO INTERRUPTÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. RECURSO INTERNO QUE ATACA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL, PORQUANTO VEICULOU RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. A CORTE BANDEIRANTE NEGOU TRAMITAÇÃO AO RECURSO ESPECIAL POR AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. O AGRADO EM RECURSO ESPECIAL, TODAVIA, APENAS REVEICULOU AS MATÉRIAS DE MÉRITO, ANTERIORMENTE AGITADAS NO APELO RARO. HIPÓTESE EM QUE ESTA CORTE SUPERIOR, VEM APLICANDO, REITERADAMENTE, O ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. AGRADO INTERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Este STJ, vem aplicando, reiteradamente, o óbice da Súmula 284/STF nas hipóteses de veiculação de razões recursais dissociadas do fundamento da decisão recorrida.

2. No presente caso, negada a tramitação do Recurso Especial a Municipalidade, em seu Agrado apenas dirigiu-se contra o mérito da causa, deixando de impugnar o fundamento pelo qual a Corte local negou trânsito ao Especial.

3. Agrado Interno do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

